

**INSTITUTO NACIONAL DE DESENVOLVIMENTO SOCIAL E HUMANO-INDSH  
HOSPITAL GERAL DE TAILÂNDIA**

CNPJ nº 23.453.830/0007-65

**Demonstrações Contábeis dos Exercícios Findos em 31 de Dezembro de 2019 e 2018 - Em Reais (R\$)**

<b>Balanco Patrimonial em 31 de Dezembro de 2019 e 2018</b> Em Reais (R\$)				<b>Demonstração do Superávit dos Exercícios</b> <b>Findos em 31 de Dezembro de 2019 e 2018 - Em Reais (R\$)</b>			
	<b>Nota</b>	<b>2019</b>	<b>2018</b>		<b>Nota</b>	<b>2019</b>	<b>2018</b>
<b>Ativo</b>				<b>Ativo</b>			
<b>Circulante</b>		<b>6.420.994</b>	<b>4.986.117</b>	<b>Receitas Operacionais</b>		<b>33.778.753</b>	<b>29.630.367</b>
Caixa e equivalentes de caixa	4	3.394.368	1.603.398	Serviços prestados pacientes SUS		33.778.753	29.630.367
Contas a receber	5	2.415.808	2.869.992	<b>Custos</b>		<b>(25.986.526)</b>	<b>(23.066.286)</b>
Estoques		517.011	453.627	Serviços de terceiros		(13.428.842)	(11.630.359)
Adiantamento a Funcionários		40.034	49.506	Pessoal e encargos		(8.857.458)	(7.746.879)
Partes Relacionadas	8	162	3.149	Materiais e medicamentos		(3.700.226)	(3.689.048)
Outros Créditos		50.201	1.435	<b>Despesas</b>		<b>(5.100.347)</b>	<b>(4.889.358)</b>
Despesas antecipadas		3.410	5.010	Pessoal e encargos		(1.858.101)	(1.936.720)
<b>Não Circulante</b>		<b>2.663.180</b>	<b>2.759.864</b>	Despesas gerais e administrativas	14	(3.101.948)	(2.827.529)
Contas a receber	5	2.236.311	2.236.311	Depreciação/amortização		(108.406)	(120.730)
Depósitos judiciais	12	243.411	243.411	Impostos, taxas e contribuições		(4.972)	(4.379)
Imobilizado líquido	6	169.479	200.003	Outras receitas e despesas operacionais		(26.920)	
Intangível líquido	7	13.979	80.139	<b>Financeiras Líquidas</b>		<b>(3.676)</b>	<b>(117.966)</b>
<b>Total do Ativo</b>		<b>9.084.174</b>	<b>7.745.981</b>	Despesas financeiras		(43.118)	(152.177)
<b>Passivo</b>				Receitas financeiras		39.442	34.211
<b>Circulante</b>		<b>3.861.439</b>	<b>5.163.779</b>	<b>Superávit do Exercício</b>		<b>2.688.204</b>	<b>1.556.757</b>
Fornecedores	9	1.754.528	3.250.005	<b>Demonstração dos Fluxos de Caixa - Método Indireto dos Exercícios</b> <b>Findos em 31 de Dezembro de 2019 e 2018 - Em Reais (R\$)</b>			
Obrigações trabalhistas	10	1.710.013	1.588.007	<b>Fluxos de caixa de atividades operacionais</b>		<b>2019</b>	<b>2018</b>
Obrigações sociais	11	257.491	235.135	Superávit do exercício		2.688.204	1.556.757
Obrigações fiscais		138.924	86.475	<b>Ajustes para reconciliar o resultado</b>			
Outras contas a pagar		483	4.157	Depreciação/amortizações		108.405	120.730
<b>Não Circulante</b>		<b>3.608.756</b>	<b>3.656.419</b>	<b>Superávit ajustado</b>		<b>2.796.609</b>	<b>1.677.487</b>
Partes relacionadas	8	3.433.558	3.481.221	<b>Varições das contas de ativo e passivo</b>		<b>(946.255)</b>	<b>(1.006.440)</b>
Provisão para contingências	12	175.198	175.198	Redução / (Aumento) em créditos - circulante		417.877	(1.049.304)
<b>Patrimônio Líquido</b>		<b>1.457.233</b>	<b>(1.074.217)</b>	Aumento em estoques		(63.384)	(182.391)
Patrimônio social negativo		(1.074.225)	(2.630.974)	Redução das despesas antecipadas		1.600	174
Superávit acumulado		2.688.204	1.556.757	(Redução) / Aumento em fornecedores		(1.495.477)	33.678
<b>Total do Passivo e do Patrimônio Líquido</b>		<b>9.084.174</b>	<b>7.745.981</b>	Aumento de obrigações trabalhistas		122.006	167.879
				Aumento de obrigações sociais		22.356	40.326
				Aumento / (Redução) de obrigações tributárias		52.449	(17.849)
				(Redução) / Aumento de outras obrigações		(3.674)	1.047
				Ajustes patrimoniais		(8)	-
				<b>Caixa líquido proveniente</b>		<b>1.850.354</b>	<b>671.047</b>
				<b>das atividades operacionais</b>			
				<b>Caixa líquido utilizado nas</b>		<b>(11.721)</b>	<b>(55.598)</b>
				<b>atividades de investimento</b>			
				Aquisição de imobilizado		(11.721)	(54.939)
				Aquisição de bens do intangível		-	(659)
				<b>Caixa líquido (utilizado nas)</b>		<b>(47.663)</b>	<b>885.454</b>
				<b>das atividades de financiamento</b>			
				Partes relacionadas		(47.663)	728.708
				Transferências enviadas		-	156.746
				<b>Aumento no caixa e equivalentes de caixa</b>		<b>1.790.970</b>	<b>1.500.903</b>
				<b>Varição em caixa e equivalentes de caixa (Nota 4)</b>			
				Saldo existente no início do exercício		1.603.398	102.495
				Saldo existente no final do exercício		3.394.368	1.603.398
				<b>Aumento no caixa e equivalentes de caixa</b>		<b>1.790.970</b>	<b>1.500.903</b>

**Notas Explicativas às Demonstrações Contábeis dos Exercícios Findos em 31 de Dezembro de 2019 e de 2018 - Em Reais - R\$**

**1. Contexto Operacional: a) Objetivos Sociais:** O Hospital Geral de Tailândia foi inaugurado oficialmente pelo Governo do Estado do Pará em 2011. O Hospital possui 51 (cinquenta e um) leitos e conta com uma Unidade de Cuidados Intermediários (UCI) que oferece 9 (nove) leitos, sendo 06 (seis) destinados a pacientes adultos e 03 (três) infantis e funciona em regime semi-intensivo para receber pacientes em estado grave, além de oferecer os serviços: Ortopedia, traumatologia, cardiologia, radiologia, cirurgia geral e anestesiologia, exames de mamografia, endoscopia, ultrassonografia, eletrocardiograma, raios-x e laboratoriais. Todo atendimento é voltado ao SUS, assegurando assistência universal e gratuita, em regime de 24 (vinte e quatro) horas por dia. O Hospital está situado Avenida Florianópolis, s/nº, bairro Novo, cidade de Tailândia/PA. **b) Contrato de Gestão:** O Hospital Geral de Tailândia é administrado pelo Instituto Nacional de Desenvolvimento Social e Humano - INDSH (CNPJ 23.453.830/0001-70), desde 1º de julho de 2013, sendo atualmente por meio de contrato de gestão nº 002/SESPA/2018, vigente até 30 de junho de 2023. O INDSH é uma Entidade civil de direito privado, sem fins lucrativos e filantrópica. É reconhecida como Entidade de utilidade pública por:

Âmbito	Legislação	Publicação
Federal	Decreto Federal nº 50.517/61	DOU de 23/12/1970
Estadual	Lei Estadual nº 5.341/1969	DOE de 19/11/1969
Municipal	Lei Municipal nº 416	DOM de 16/08/1967

A Entidade é portadora do Certificado de Entidade Beneficente de Assistência Social na área da Saúde - CEBAS, cuja manutenção foi deferida para o triênio 1º janeiro de 2018 a 31 de dezembro de 2020, pela portaria nº 78 de 18.01.2018, pelo Ministério da Saúde. **c) Impactos do COVID-19 nas operações:** A Entidade vem promovendo o treinamento de seus profissionais e prestadores de serviços acerca dos procedimentos de identificação, controle e tratamento de eventuais pacientes diagnosticados com o COVID-19. A Administração julga não haver fatores que impliquem em impactos imediatos e significativos nas operações de gestão do Hospital, porém atua estrategicamente, em conjunto com o ente público, com foco na saúde básica do estado, afim de isolar os pacientes que OMS - Organização Mundial da Saúde julga serem de risco. **2. Apresentação das Demonstrações Contábeis e Principais Práticas Contábeis: 2.1. Declaração de conformidade:** As demonstrações contábeis da Entidade foram elaboradas de acordo com as práticas contábeis oriundas da legislação societária brasileira aplicável às entidades sem fins lucrativos, ITG 2002 - Entidade sem Finalidade de Lucro, aprovada pela Resolução CFC 1.409/12 de 21 de setembro de 2012 e revisada em 21 de agosto de 2015, bem como a Lei 12.101/2009 e as demais alterações promovidas pelas Leis 11.638/07 e 11.941/09. As demonstrações contábeis foram aprovadas, pela Administração, em 13 de março de 2020. **2.2. Base de mensuração e apresentação:** As informações contábeis foram preparadas com base no custo histórico. As principais práticas contábeis aplicadas na preparação das demonstrações financeiras estão definidas a seguir. **2.3. Moeda funcional e de apresentação:** Estas demonstrações contábeis estão apresentadas em Reais, que é a moeda funcional da Entidade. **2.4. Principais práticas contábeis: a) Caixa e equivalente de caixa:** São representadas por disponibilidades, depósitos bancários, fundos em contas bancárias de livre movimentação e aplicações financeiras de liquidez imediata. As aplicações financeiras são registradas ao custo acrescido de rendimentos auferidos até a data dos balanços que não supera o valor de mercado, com alta liquidez e com risco insignificante de mudança de valor e são resgatáveis em até 90 dias sem perda do valor. **b) Estoques:** São demonstrados ao custo médio de aquisição, inferiores aos valores de realização. Os estoques obsoletos ou "vencidos" são baixados ou substituídos, quando identificados. **c) Ativo imobilizado:** Os imobilizados tanto próprios como os de gestão pública, são demonstrados pelo custo histórico de aquisição ou construção, deduzido de depreciação acumulada. Quando se refere à depreciação sobre imobilizado próprio, é reconhecida em contrapartida de conta própria de resultado. Em se tratando de bens de gestão pública, é contabilizada em contrapartida na receita diferida para amortizar o valor do custo do ativo. A Administração não realiza a avaliação da vida útil dos ativos tangíveis e intangíveis, uma vez que considera as cláusulas de devolução dos ativos administrados ao Ente Público, como determinantes para a aplicação de taxas lineares que se aproximam da vida útil econômica esperada. **d) Ativo intangível:** Os intangíveis tanto da gestão pública quanto própria, refletem os custos com direitos de uso de software. **e) Redução ao valor recuperável de ativos tangíveis e intangíveis:** A Administração revisa anualmente o valor contábil líquido dos ativos com o objetivo de avaliar eventos ou mudanças nas circunstâncias econômicas, operacionais ou tecnológicas, que possam indicar deterioração ou perda de seu valor recuperável. Quando essas evidências são identificadas e o valor contábil líquido excede o valor recuperável, é constituída provisão para deterioração ajustando o valor contábil líquido ao valor recuperável. **f) Julgamentos e estimativas:** A preparação das demonstrações contábeis da Entidade requer que a Administração faça julgamentos e estimativas e adote premissas que afetam os valores apresentados de receitas, despesas, ativos e passivos, bem como as divulgações de passivos contingentes, na data-base das demonstrações contábeis. Contudo, a incerteza relativa a essas premissas e estimativas poderia levar a resultados que requeriam um ajuste significativo ao valor contábil do ativo ou passivo afetado em exercícios futuros. **Provisões para riscos judiciais:** A Entidade reconhece, quando identificada, a provisão para causas cíveis, tributárias e trabalhistas. A avaliação da probabilidade de perda inclui a avaliação das evidências disponíveis, a hierarquia das leis, as jurisprudências disponíveis, as decisões mais recentes nos tribunais e sua relevância no ordenamento jurídico, bem como a avaliação dos assessores jurídicos. As provisões são revisadas e ajustadas para levar em conta as alterações nas circunstâncias. **Ajuste para perdas estimadas para créditos de liquidação duvidosa:** É constituída, quando aplicável, em montante suficiente para cobrir perdas prováveis na realização das contas a receber. Para determinar a suficiência do ajuste sobre as contas a receber, são avaliados o montante e as características de cada um dos créditos, considerando a probabilidade de realização. Quando há ocorrência de significativos atrasos na realização dos créditos e, pela consideração que a probabilidade de recebimento diminui, é registrada perda estimada nas demonstrações contábeis em montante suficiente para cobrir a perda provável. **g) Apuração do Superávit/Déficit:** O resultado das operações é apurado pelo regime de competência, exceto quanto às receitas de doações e contribuições. *continua*